**ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DE TRABALHO ENTRE O LEGISLATIVO E O EXECUTIVO MUNICIPAL NO ANO DE 2015.**

Aos dois dias do mês de fevereiro do ano dois mil e quinze, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Estiva, às 10 horas, sob a Presidência do Vereador Edson Silva Ramalho, realizou-se a primeira reunião de trabalho entre membros do Legislativo e do Executivo do Município, em atendimento a solicitação insculpida no Ofício do Gabinete do Prefeito, protocolado nesta casa dia 27/01/2015, encaminho pelo Prefeito Municipal. O Legislativo foi representado pelos Vereadores: Aparecido Bueno Brandão; Mirian Marques; Francisco Roberto de Almeida; José Roberto Pereira; Marcelo Moreira Lopes; Nair Pereira da Silva; Willian Eduardo Pereira, pelo Assessor Jurídico Dr. Dalmo Donizete Pereira e por mim, Assessora Legislativa Vanessa Pereira, o Executivo foi representado pelos servidores: Sebastião Tadeu de Almeida, Secretário da Administração; Carolina Chapina Chiarini, Secretária da Saúde e Dr. Fúlvio Machado Faria, Assessor Jurídico da Prefeitura, que subscrevem a presente ata. O Sr. Presidente abriu a sessão e passou a palavra aos representantes do Executivo, fazendo uso da palavra o Dr. Fúlvio, que explicou a problemática em relação aos médicos por descumprimento da carga horária de 20 horas semanais, informou que o Ministério Público propôs uma Ação Civil Pública para exigir que os médicos cumpram a carga horária retrocitada e que a presente ação já possui uma liminar deferida pelo Juiz da causa. Como solução a questão em tela apresentou uma proposta de redução legal da carga horária dos médicos de 20 horas/semanais, para 08 ou 10 horas/semanais. Informou que o salário dos médicos encontra-se defasado, na ordem de R$2.196,00 (dois mil, cento e noventa e seis reais). A Secretária de Saúde Carolina Chapina informou que com o salário e carga horária atual, os médicos irão se demitir e endossou a proposta apresentada pelo Executivo, informando ainda que os serviços prestados à população não seriam prejudicados em razão de os médicos já cumprirem a carga horária de aproximadamente 08 (oito) horas semanais. O vereador Willian questionou a Secretária se esta medida não prejudicaria o trabalho dos outros funcionários da saúde ou até mesmo não causaria transtornos, uma vez que estes também poderiam reivindicar os mesmos tratamentos dispensados aos médicos. Em resposta a Secretária disse que acredita na equiparação dentro da saúde, mas que na prática isto é muito difícil, e se fosse outras categorias não haveria tantos problemas como no caso da eminente saída dos médicos. Esta disse que algumas vezes precisa passar por cima até mesmo de convicções próprias, uma vez que acredita que ficar sem os médicos ensejaria um prejuízo muito grande à população. O Dr. Fúlvio citou exemplo de médico que há muito tempo trabalham no Município como o Dr. Wdison, Dr. José Francisco e do Dr. Alan, por exemplo, e caso seja necessário tomar as medidas “legais” estes irão se demitir, destacando que os salários dos médicos estão completamente defasados. O vereador Willian perguntou para a Secretaria de Saúde sobre a jornada dos médicos do PSF e se estas são cumpridas devidamente, e também se existe uma garantia de que os médicos irão cumprir a nova carga horária, caso seja aprovada. Em resposta a Secretária afirmou que a jornada dos médicos do PSF é cumprida regularmente e que esta não pode ser reduzida pois trata-se de Programa do Governo Federal. O Dr. Fúlvio disse ser necessário equiparar o salário dos médicos do Município ao salário dos médicos do PSF, uma vez que estes recebem proporcionalmente cerca de 70% a mais, e com a redução da jornada o salário estaria equivalente aos do PSF. O Secretário de Administração Sebastião Tadeu afirmou que no caso de redução da jornada dos médicos do posto de saúde o Executivo irá exigir que a nova jornada seja cumprida, porém, caso estes não a cumpram, os médicos seriam exonerados.Informou que com a nova carga horária de 8 ou 10 horas semanais, seria mais fácil contratar novos médicos. O Vereador Willian também questionou sobre o cartão de ponto para os médicos, em resposta o Sr. Sebastião Tadeu disse ser obrigatório o registro no cartão em todos os setores da Prefeitura Municipal, inclusive para os médicos, sendo que seu descumprimento ensejaria em processo administrativo/disciplinar, com possível demissão. A vereadora Mirian, questionou se existe um número de atendimento diário para os médicos, e ressaltou que na prática esta jornada de trabalho proposta pelo Executivo já existe, pois os médicos não cumprem carga de 20 horas semanais, ou seja, a princípio a população não sairá prejudicada, pois o número de atendimentos diários iria continuar o mesmo. A Secretária de Saúde concordou com a colocação. A vereadora também questionou se o Conselho de Saúde está a par da situação e da proposta apresentada pelo Executivo. O Dr. Fúlvio disse que ainda não, pois a Administração Municipal prefere alinhavar um acordo com o Legislativo e após, informar ao Conselho para que se manifeste. A vereadora Mirian ressaltou a importância de informar o Conselho Municipal de Saúde e também destacou o vínculo e a confiança dos munícipes com os médicos alhures citados. O Secretário da Administração disse que precisa encontrar uma solução para que o Município mantenha os médicos e não prejudique a população. O vereador Marcelo perguntou ao Dr. Fúlvio qual o objetivo da presente reunião com os vereadores, em resposta este disse que houve várias denuncias ao Ministério Público sobre a jornada de trabalho dos médicos e o Município teve que assinar um TAC junto ao MP, ou seja, o Município tem que fazer cumprir o acordado, ou seja, fazer com que os médicos cumpram sua carga horária, ocorre que ha muitos anos os médicos cumprem uma jornada reduzida e se recusam a cumprir as 20 horas previstas no edital, quer pelo salário extremamente defasado, que por terem assumido outros compromissos. O Vereador Willian questionou sobre os salários dos demais funcionários da saúde, se estes recebem proporcionalmente ao piso da categoria pelos serviços prestados, em resposta, a Secretaria de Saúde disse que nem todos recebem e que também existem alguns cargos com salários defasados, mas que ela está tentando melhorá-los sem impactar demasiadamente o índice da folha do Município. Destacou que não existe a pretensão de reduzir a jornada destes funcionários. Finalizando, o Sr. Presidente solicitou ao Assessor Jurídico da Câmara que se manifestasse. O Dr. Dalmo por sua vez pediu licença para discordar, em parte, dos presentes e afirmou que a situação posta pelo Executivo é bem mais complexa, e que a simples redução da jornada de trabalho dos médicos não resolveria, de per si, a situação. Explicou que na iniciativa privada a redução da jornada de trabalho por parte do empregador sem a redução dos salários é sempre aceita vez que implica em uma condição mais benéfica ao obreiro. Lado outro, a Administração Pública está sujeita a regramentos distintos, não podendo se ouvidar dos princípios constitucionais da impessoalidade, da moralidade, da eficiência, e de princípios específicos do Direito Público, como o da isonomia. A seu ver, reduzir a jornada de trabalho dos médicos em razão de uma insurgência destes não é o melhor caminho. Ademais, os médicos se comprometeram a cumprir a jornada prevista no edital. Entretanto, o Assessor ponderou que no plano fático, já houve uma redução tácita da carga horária dos médicos, vez que o Executivo, ha quase duas décadas, vem permitindo que estes médicos trabalhem em jornada reduzida. Também ressaltou que economicamente é quase impossível exigir que os médicos trabalhem por um salário mais que defasado. O correto seria e equalização econômica dos vencimentos dos médicos, não sendo orçamentariamente possível, o que deve ser comprovado, a redução da jornada é um caminho a ser estudado. Por fim, pediu aos membros do Executivo que apresentem uma declaração formal dos médicos em comento, atestando que se comprometendo em respeitar a “nova” jornada de 8 ou 10 horas semanais. Caso contrário, seria temerária a discussão e conseqüente aprovação de uma lei que, na pratica, não resolveria a questão. Os representantes do Executivo informaram que vão se reunir com os médicos para apresentar a proposta, caso aceita, encaminharão uma proposição ao Legislativo. O presidente ressaltou que a Câmara está sensível a questão e não se furtará de suas responsabilidades. Nada mais, o presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, sendo a presente ata lavrada por mim, Vanessa Pereira Assessora Legislativa, que após lida, foi assinada pelos presentes. Estiva 02 de fevereiro de 2015.